



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

25ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2025.0000282247

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Interno Cível nº 2363725-16.2024.8.26.0000/50000, da Comarca de São Paulo, em que é agravante CRISTINA GABRIELA DE ALMEIDA ROSSI, é agravado JOÃO GABRIEL MANTOVANI DE ARAÚJO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 25ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores HUGO CREPALDI (Presidente), MARY GRÜN E JOÃO ANTUNES.

São Paulo, 25 de março de 2025.

HUGO CREPALDI
Relator
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

25ª Câmara de Direito Privado

Agravo Interno Cível nº 2363725-16.2024.8.26.0000/50000

Comarca: São Paulo

Agravante: Cristina Gabriela de Almeida Rossi

Agravado: João Gabriel Mantovani de Araújo

Voto nº 38.656

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO – JUSTIÇA GRATUITA - Necessidade de comprovação quanto à veracidade da declaração de pobreza – Presunção relativa – Possibilidade de controle pelo Juiz e indeferimento quando não comprovada a insuficiência econômica – Indícios de capacidade econômica, incompatível com o pleito de gratuidade – Devolução do prazo para o recolhimento do preparo – Possibilidade – Negado provimento.

Vistos.

Trata-se de Agravo Interno interposto por **CRISTINA GABRIELA DE ALMEIDA ROSSI**, no agravo de instrumento interposto na demanda contra **JOÃO GABRIEL MANTOVANI DE ARAÚJO**, objetivando a reforma da decisão monocrática que indeferiu o pleito de gratuidade e determinou o recolhimento do preparo.

Sustenta que não tem condições de arcar com o pagamento do preparo recursal.

É o relatório.

O recurso não comporta provimento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

25ª Câmara de Direito Privado

Primeiramente, observo que a r. decisão objeto deste agravo interno foi proferida pelo Eminentíssimo Juiz Substituto em Segundo Grau João Casali, tendo sido requerida a redistribuição a este relator, por força do término dos efeitos da Portaria n.º 84/2024, da E. Presidência da Seção de Direito Privado desta Corte (fls. 576), o que foi deferido às fls. 579.

De qualquer modo, a r. decisão de fls. 572/573 não comporta provimento.

O instituto da assistência judiciária, como instrumento para a efetividade do processo e acesso à Justiça, visa a afastar o óbice econômico que porventura impeça a garantia da tutela jurisdicional aos necessitados.

Integra o conceito de assistência judiciária - mais amplo - o benefício da Justiça Gratuita, que dispensa, à parte, o custeio das despesas processuais e honorários advocatícios.

A legislação que rege o assunto (Lei nº 1.060/50) esclarece que a assistência tem por propósito atender aos “necessitados” (art. 2º) e prescreve, como fórmula para a demonstração da hipossuficiência, a “simples afirmação” de que se está desprovido de condições para o pagamento das custas do processo (art. 4º), conquanto a Constituição de 1988 disponha que a assistência será prestada aos que comprovarem insuficiência de recursos (art. 5º, inc. LXXIV).

Observa-se, contudo, que mencionada afirmação inaugura uma presunção que é relativa e poderá ser desconstituída, a qualquer momento do processo, mediante prova em contrário (art. 4º, § 1º).

Cabe ao Magistrado, outrossim, o controle acerca da veracidade desta assertiva, de forma a resguardar o intuito da assistência

judiciária e impedir o seu desvirtuamento. Afinal, o instituto tem por escopo garantir o ingresso em juízo de quem não poderia fazê-lo por razões financeiras, mas não de desonerar aqueles que podem, embora não queiram, fazê-lo.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é harmônica quanto à possibilidade e conveniência desse controle:

” PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AFERIÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo, desde que comprovada a condição de necessitado. É suficiente a simples afirmação do estado de pobreza para a obtenção do benefício, ressalvado ao juiz indeferir a pretensão, se tiver fundadas razões, conforme disposto no art. 5º da Lei 1.060/50. Precedentes. 2. Agravo Regimental desprovido.”
(AgRg no REsp 984328 / SP – Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho – 5ª Turma – Julg. 18/03/2010 - DJe 26/04/2010) (grifei)

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Em relação à afronta aos artigos 2º e 4º da Lei 1.060/50 o Superior Tribunal de Justiça tem entendido que é suficiente a alegação de pobreza em simples petição assinada pelo advogado da parte beneficiária para a concessão do benefício de gratuidade de justiça. Entretanto, no caso de dúvida da veracidade das alegações do interessado, não impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade do requerente.
2. Forçoso reconhecer que ao juiz é lícito exigir a declaração de pobreza antes do deferimento da gratuidade de justiça se houver dúvida acerca das alegações do interessado ou do pedido constante na petição inicial, bem como indeferir o seu pedido baseado em provas constantes nos autos. Reavaliar os critérios adotados pela instância ordinária esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.”

(AgRg no REsp 712607 / RS – Rel. Min. Celso Limongi

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

25ª Câmara de Direito Privado

(DESEMBARGADOR convocado do TJ/SP) – 6ª TURMA – Julg. 19/11/2009
- DJe 07/12/2009) (grifei)

“AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - PESSOA JURÍDICA - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE - PRESUNÇÃO RELATIVA - CONTROLE PELO JUIZ - O ENTENDIMENTO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE - RECURSO IMPROVIDO.” (AgRg no Ag 1101151 / SP – Rel. Min. Massami Uyeda – 3ª Turma - Julg. 13/10/2009 - DJe 28/10/2009)

“PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PESSOA FÍSICA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDA. ACÓRDÃO QUE DECIDIU COM BASE NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 07/STJ.

1. A declaração de hipossuficiência não ostenta presunção absoluta de veracidade, podendo ser afastada por provas acostada aos autos pela parte adversa ou a pedido do juízo.

2. O benefício da justiça gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo, bastando, para obtenção do benefício pela pessoa física, a simples afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e com os honorários advocatícios. Nada obstante, cuidando-se de afirmação que possui presunção iuris tantum, pode o magistrado indeferir a assistência judiciária se não encontrar fundamentos que confirmem o estado de hipossuficiência do requerente. (AgRg no REsp 1.073.892/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 18.11.2008, DJe 15.12.2008; AgRg no REsp 1.055.040/RS, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 25.09.2008, DJe 17.11.2008; REsp 1.052.158/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, julgado em 17.06.2008, DJe 27.08.2008; e AgRg no Ag 915.919/RJ, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias (Juiz Federal Convocado do TRF 1ª Região), Segunda Turma, julgado em 11.03.2008, DJe 31.03.2008).

(...)

4. Agravo Regimental desprovido.”

(AgRg no REsp 1122012 / RS – Rel. Min. Luiz Fux – 1ª Turma – Julg. 06/10/2009 - DJe 18/11/2009 RDDP vol. 84 p. 128) (grifei)

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. DECLARAÇÃO DE

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

25ª Câmara de Direito Privado

POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. A despeito de declaração expressa de pobreza, o juiz pode negar o benefício da assistência judiciária gratuita se, com base nas provas contidas nos autos, houver motivo para o indeferimento. (...) 3. Agravo regimental a que se nega provimento.” (AgRg no Ag 949321 / MS – Rel. Min. Vasco Della Giustina (Des. convocado do TJ/RS) – 3ª Turma – Julg. 10/03/2009 - DJe 01/04/2009) (grifei)

No mesmo sentido, manifestou-se este Egrégio

Tribunal:

“1. Correto o indeferimento da justiça gratuita se não há prova mínima da pobreza alegada e se a atividade ou o cargo exercido pela interessada fazem presumir não se tratar de pessoa necessitada. 2. Ausentes os pressupostos da prova inequívoca e verossimilhança das alegações da autora, mantém-se decisão que indeferiu pedido de antecipação de tutela.” (TJSP, Agravo de Instrumento nº 0115724-72.2011.8.26.0000 – Rel: S. Oscar Feltrin – 29ª Câmara de Direito Privado – d.j. 29.06.2011)

“Assistência judiciária. Indeferimento. Ausência de elementos objetivos que indiquem impossibilidade de custeio das despesas e custas processuais. Agravantes que não indicam as respectivas profissões e sequer anexam cópias das declarações de renda. Recurso desprovido. A princípio, simples afirmação feita pelo interessado de que não está em condições de pagar as custas processuais, sem prejuízo próprio ou de sua família, são suficientes para concessão dos benefícios da Justiça Gratuita. No entanto, havendo fundadas razões, pode o Juiz indeferi-lo, máxime quando ausentes elementos que indiquem impossibilidade de custeio das despesas processuais. Nessas situações, a parte deve comprovar a miserabilidade jurídica.” (TJSP, Agravo de Instrumento nº 0071146-24.2011.8.26.0000 – Rel: Kioitsi Chicuta – 32ª Câmara de Direito Privado – d.j. 30.06.2011)

Assim, é possível o controle jurisdicional quanto à comprovação da alegada insuficiência de recursos.

Sendo assim, não comprovando a agravante a declarada hipossuficiência, forma-se nos autos um conjunto que impede a

concessão da benesse na presente hipótese, não havendo outra opção possível senão a manutenção da decisão combatida.

Ademais, não era necessária a concessão de nova oportunidade para que o recurso fosse instruído com novos documentos, além daqueles que já foram apresentados. Neste sentido:

É importante diferenciar as hipóteses em que o julgador entende serem suficientes os elementos trazidos aos autos para indeferir o pedido de concessão da gratuidade de justiça, daquelas em que os elementos apresentados pelo requerente deixam dúvida ou são insuficientes para comprovar o preenchimento dos respectivos pressupostos. A melhor interpretação do § 2º do art. 99 do CPC/2015 é no sentido de que deve o juiz, apenas diante da dúvida ou da insuficiência dos elementos apresentados pelo requerente, intimá-lo antes de indeferir o pedido, a fim de possibilitar a devida comprovação do preenchimento dos pressupostos para a concessão da gratuidade de justiça. (STJ. REsp n.º 2.001.930/SP. 3ª Turma. Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI. Data do julgamento: 28/02/2023).

Ademais, trata-se, neste momento, de discussão de concessão apenas em relação ao recolhimento do preparo do agravo de instrumento, sendo certo que o valor da taxa (15 *Ufesps*) não se mostra excessivo, diante da documentação contida nos autos.

Observo que, em razão das redistribuições realizadas durante a tramitação do agravo de instrumento, este relator tomou conhecimento da existência do agravo interno tão-somente após ter sido proferida a decisão de fls. 582/583, a qual não foi atacada, e que julgou deserto o agravo de instrumento.

Todavia, diante do quadro fático acima exposto e, embora mantida integralmente a r. decisão de fls. 572/573 que indeferiu o pleito de gratuidade, tendo em vista o previsto no art. 1.021, § 2º, do CPC,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

25ª Câmara de Direito Privado

reconsidero o que foi decidido às fls. 582/583, para afastar, por ora, o decreto de deserção, e devolver à agravante, pelo derradeiro e improrrogável prazo de cinco dias, contados da publicação deste acórdão, o prazo para o recolhimento do preparo do agravo de instrumento.

Pelo exposto, nego provimento ao agravo interno.

HUGO CREPALDI
Relator